

**AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 471.180 - SP
(2014/0026935-1)**

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
AGRAVANTE : WILIAN ROSSI
ADVOGADOS : LEANDRO ALBERTO CASAGRANDE - SP221673
DANIEL ALBERTO CASAGRANDE - SP172733
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por **WILLIAN ROSSI** contra decisão da relatoria do eminente Ministro Newton Trisotto, que negou provimento ao agravo em recurso especial, em razão da incidência do óbice da Súmula 7/STJ e, ainda, pelo não cumprimento do disposto no art. 255, § 2º do RISTJ.

O agravante alega, em síntese, que "**a**) que a apreciação das matérias ventiladas no recurso especial barrado independe, absolutamente, do reexame de fatos e provas dos autos de origem, bem como que **b**) os dissídios jurisprudenciais invocados foram proferidos em situações de fato idênticas àquelas verificadas nos presentes autos, sendo de rigor o provimento do presente agravo regimental para o fim de que seja analisado com maior acuidade as razões do recurso especial" (e-STJ, fls. 1.105-1.106).

No mais, reitera os argumentos expendidos no recurso especial, quais sejam: **(I)** a anulação do processo desde a sentença de primeiro grau, em razão do cerceamento de defesa verificado, com a consequente produção da prova relevante, pertinente e tempestivamente requerida pela defesa; **(II)** caso assim não se entenda, seja reconhecida a ilicitude da prova que originou a condenação do recorrente, consubstanciadas nos extratos de movimentações bancárias acobertadas por sigilo legal; **(III)** a absolvição do recorrente das acusações imputadas, ante a ausência de prova da materialidade delitiva; **(IV)** ou a fixação da pena base em seu patamar mínimo legal de 2 anos, bem como a aplicação do aumento de pena pela continuidade delitiva em sua fração mínima legal de 1/6; **(V)** ofensa ao inciso I do artigo 12 da Lei nº 8.137/90.

É o relatório.

Analisando os argumentos aduzidos nas razões do agravo regimental, verifico que o recurso merece parcial provimento, o que impõe a reconsideração da decisão agravada (e-STJ, fls. 1.095-1.097).

Inicialmente, cumpre destacar que o réu Réu, administrador da empresa Clélia Diversões Eletrônicas Ltda, foi condenado pela prática do delito previsto no art. 1º, I, da Lei 8.137/90, haja vista que suprimiu tributos devidos à Fazenda Federal, no período compreendido de abril de 2001 a dezembro de 2003, mediante a omissão de rendimentos provenientes de valores creditados na conta-corrente nº 86070-0, agência 0368-9, Banco Bradesco, de titularidade da empresa, que não eram declarados à Receita Federal.

Passe-se, assim, ao exame das razões recursais.

No que tange à nulidade decorrente do cerceamento de defesa, com base na violação dos arts. 396-A e 400, §1º do CPP, o Tribunal *a quo* asseverou:

"Sustenta a defesa, em preliminar, a ocorrência de cerceamento de defesa com o indeferimento do requerimento de expedição de ofício ao Banco Bradesco a fim de identificar quem retirou extratos da

conta bancária, configurando-se estes como prova ilícita.

No entanto, conforme bem apontado em contrarrazões, trata-se de prova impertinente, **pois relacionada ao período de janeiro de 2000 a abril de 2001, em que foi descartada a responsabilidade penal do réu, que passou a administrar a empresa somente após tal interstício (fl. 617).**

Observo ainda que tal diligência não foi especificamente requerida em Juízo, estando preclusa. Isto porque, em verdade, pela defesa do apelante foi solicitado a expedição de ofício ao Banco Bradesco para dirimir quem assinava cheques da empresa (fl.544), e não para deslinde da questão aposta pelo réu em suas razões.

Como bem salientado no parecer ministerial (fl. 686 -verso):

"Ou seja, descabida a alegação de nulidade por cerceamento de prova já que é impossível indeferir pedido jamais realizado (quanto ao responsável pela solicitação dos extratos). Com relação à diligência requerida, mostrou-se de fato irrelevante, tanto que o réu foi absolvido pelos fatos do período questionado." (e-STJ, fl. 782)

Como se vê, não há falar em cerceamento de defesa, pois o Tribunal *a quo* concluiu que, além de se tratar de questão impertinente ao deslinde da controvérsia, por ter sido o réu absolvido quanto ao período questionado, trata-se de pedido precluso, uma vez que não foi requerido oportunamente. Nesse contexto, a alteração das premissas utilizadas pelo acórdão impugnado, acerca da impertinência da matéria ou da preclusão do pedido, demandaria necessariamente o revolvimento do arcabouço fático-probatório dos autos, providência inviável nesta via especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

De outra parte, no que tange à alegada ilicitude das provas que originaram a condenação do recorrente, consubstanciadas nos extratos de movimentações bancárias acobertadas por sigilo legal, consta do aresto impugnado:

"Verifica-se, no entanto, que **tais documentos aportaram aos autos oriundos da, Receita Federal que, em atenção a ofício requisitório, os encaminhou ao Juízo. Inicialmente, embasaram o procedimento fiscalizatório (apensos) tendo sido entregues à autoridade fiscal pelo contribuinte.** Este, no entanto, nega que o tenha feito, por se tratar de documento apócrifo o que encaminhou os extratos bancários à Receita Federal.

As alegações do apelante, no entanto, não parecem críveis.

A uma, porque a empresa averiguada foi expressamente intimada (mandado de fl. 01 e aviso de recebimento de 0.04 do apenso) a apresentar suas justificativas à fiscalização empreendida, conforme consta do termo de início de fiscalização, bem como dos extratos bancários das contas correntes da empresa (item 7 - fl.03 do apenso 1).

A duas, porque expressamente consignado nos autos, por auditor - fiscal da Receita Federal, que os extratos bancários foram fornecidos pelo contribuinte, conforme consta do termo de constatação fiscal (fl.126):

"f) Esclarecemos que os valores de depósitos constantes da intimação foram obtidas através dos extratos bancários fornecidos pelo contribuinte (...)".

Como bem salienta o *Parquet* Federal em seu parecer (fl.687):

"Observa-se ainda que o artigo 565, do Código de Processo Penal, veda que qualquer das partes alegue nulidade a que tenha dado causa. **É indubitável, diante do exposto, que os representantes da empresa foram responsáveis pela apresentação dos extratos.** Assim, a falta de assinatura no documento de encaminhamento só pode ser imputada aos mesmos."

Entendo que perfeitamente válidas as provas que embasaram o édito condenatório." (e-STJ, fl. 783).

Consoante se extrai do excerto ora transcrito, os mencionados extratos foram entregues pelo próprio contribuinte à Receita Federal que, por sua vez, os encaminhou ao Juízo em obediência a ofício requisitório, de modo que não se verifica, na espécie, a apontada ilegalidade.

Quanto ao pedido de absolvição, baseado na ausência de prova da materialidade delitiva, melhor sorte não assiste ao recorrente. Ao examinar a lide a Corte de origem consignou:

"A materialidade vem demonstrada através dos autos de infração (IRPJ - fl.256; PIS - fl.269; COFINS - 11.282 e CSLL - fl. 296), que instruem os autos e deram origem ao processo administrativo fiscal (apensos), bem como pelas informações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de fls.124/128 e 1554/1689 - apenso VIII), dando conta do encerramento dos respectivos procedimentos administrativos fiscais, com o lançamento definitivo do crédito tributário, condição de procedibilidade da ação penal em tela. A respeito, resalto decidido pelo juízo *a quo* (fl.616 -verso):

"Assim, a autuação fiscal concluiu que a empresa, tributada pelo Lucro Real trimestral, nos anos-calendário de 2000, 2001, 2002 e 2003 e que declarou ter tido prejuízos fiscais nos referidos períodos, não logrou comprovar a origem dos depósitos efetuados na conta corrente n. 86070, agência n. 368-9, do Banco Bradesco, entre janeiro de 2000 a dezembro de 2003, titularizada pela empresa, e tampouco contabilizou esses depósitos, que são considerados rendimentos omitidos."

A defesa, a seu turno, requer a absolvição, **apontando que a acusação está baseada apenas em presunção de que todos os depósitos teriam a natureza jurídica de renda, o que não foi demonstrado e resvala na atipicidade da conduta, não sendo possível a condenação penal fundada em presunção tributária.**

O réu, em Juízo (fls.546/547), sustentou que os depósitos feitos na conta corrente do Banco Bradesco constituíam, na verdade, receitas da atividade do bingo, com as quais eram pagos os prêmios e as despesas do empreendimento, não configurando lucro. Salientou também que uma empregada, de nome Regina, era responsável pelo âmbito tributário da empresa, não se recordando do nome do contador. **Verifica-se, no entanto, que não foram apresentados quaisquer elementos comprobatórios da versão trazida em Juízo pelo réu, tendente a esquivar-se da responsabilização penal a ele imputada.**

A questão, em verdade, consiste em matéria a ser argüida em

impugnação ao procedimento administrativo, não na seara penal. Mas saliente-se, por oportuno, que o fato gerador do imposto de renda, a teor do artigo 43 do CTN, consiste não somente na renda, mas também na disponibilidade econômica sobre proventos de qualquer natureza, como constatado no caso em tela, em que **a empresa possuía disponibilidade econômica sobre os valores depositados na conta bancária de sua titularidade e não contabilizados ou declarados.**

E, mesmo que assim não fosse, **caberia à defesa o ônus de demonstrar suas alegações, do qual não se desincumbiu**, nos termos do artigo 156, primeira parte, do Código de Processo Penal." (e-STJ, fl. 783-784, grifou-se)

Da leitura do trecho acima reproduzido, é possível constatar que a materialidade delitiva restou devidamente comprovada nos autos, a partir do processo administrativo fiscal, das informações prestadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e, finalmente, pelo lançamento definitivo do crédito tributário, condição de procedibilidade da ação penal em tela.

Em relação à sanção aplicada, destaca-se, inicialmente, que a individualização da pena é uma atividade em que o julgador está vinculado a parâmetros abstratamente cominados pelo legislador, sendo-lhe permitido, entretanto, atuar discricionariamente na escolha da sanção penal aplicável ao caso concreto, após o exame percuciente dos elementos do delito, e em decisão motivada. Destarte, cabe às Cortes Superiores, apenas, o controle de legalidade e da constitucionalidade dos critérios utilizados no cálculo da pena.

Assim, no que toca ao pedido de fixação da pena-base em seu patamar mínimo legal de 2 anos e aplicação do aumento de pena pela continuidade delitiva em sua fração mínima legal de 1/6, cumpre examinar o seguinte trecho extraído do acórdão combatido:

"A sentença estipulou a pena-base acima do piso legal, com lastro nas conseqüências deletérias do crime, que causou grave dano à Fazenda Nacional, lesando o erário em valores superiores a um milhão de reais (fl.1431 - apenso VIII). Para tanto, em decisão bem fundamentada, alçou a pena-base a 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

Na segunda fase, ausentes atenuantes ou agravantes, manteve-se a pena estatuída.

Na terceira fase, em função da continuidade delitiva, elevou-se a pena em metade, tornando-se definitiva em 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão, em regime semiaberto.

O apelante entende, num primeiro momento, que inaplicável a elevação da pena-base, pleiteando a redução para o mínimo de 2 anos, sustentando não servir como conseqüência do delito **o grande valor, na ordem de R\$1.000.000,00**, sob pena de *bis in idem* quando considerada a causa de aumento do artigo 12, I da lei 8.137/90, que prevê que ocasionar grave dano à coletividade é circunstância que pode agravar a pena de 1/3 (um terço) até a metade.

No entanto, não se verifica a ocorrência de *bis in idem* no caso versado nos autos. A dupla apenação pelo mesmo fato não foi concretizada pelo édito condenatório, que expressamente deixou de aplicar o artigo 12, I da lei 8.137/90, sob os seguintes fundamentos

(fl.618):

"A causa de aumento da pena prevista no artigo 12, I, da Lei n. 8.137/90 não pode ser aplicada, como pretendido na exordial, eis que o conceito de "grave dano à coletividade" é demasiadamente fluido e que o alto valor dos tributos sonegados foi objeto de consideração na elevação da pena-base, no caso concreto, sendo certo que sua aplicação como causa de aumento caracterizar-se-ia, na verdade, como "bis in idem", malgrado as fases distintas da dosimetria."

Dessa forma, a alegada aplicação indevida da causa especial de aumento de pena prevista no artigo 12 da lei 8.137/90, sob o fundamento de ser o grave dano à coletividade já integrante do tipo penal, carece de interesse recursal, já que não aplicado no caso em tela." (e-STJ, fl. 785-786, grifou-se).

Quanto ao fundamento utilizado para exacerbar a pena-base acima do mínimo legal, a título de consequências do crime, qual seja o prejuízo ao erário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), já excluídos os juros e a correção monetária do período apurado, o aresto impugnado está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, sobre o tema.

A propósito:

"[...]

1. Nos crimes tributários, o montante do valor sonegado, se expressivo, é motivo idôneo para a exasperação da pena-base, a título de consequências desfavoráveis da conduta. O prejuízo para os cofres públicos é elemento constitutivo do tipo penal, mas seu valor deve ser sopesado pelo juiz no momento da individualização da pena.
2. As instâncias ordinárias quantificaram o valor dos tributos sonegados e o qualificaram como elevado, e longo foi período em que deixaram de ser recolhidos, fundamentos concretos e suficientes para justificar a análise negativa das consequências do crime.
3. Não há falar em inovação no decisum agravado quando a sentença condenatória e o acórdão recorrido mencionam, taxativamente, os motivos elencados para a manutenção da vetorial consequências do delito e o consequente aumento da pena-base.
4. Levando-se em consideração o expressivo valor do prejuízo causado aos cofres públicos, que superou R\$ 6.000.000,00, e o longo período em que os réus deixaram de recolher o tributo devido, a exasperação da pena-base em apenas 1 ano (de 2 anos para 3 anos de reclusão) soa devidamente proporcional, em decorrência das graves consequências do crime.
5. Verificada a inidoneidade dos fundamentos para a majoração da pena-base quanto às vetoriais culpabilidade e motivos do crime e mantida a referente às consequências do delito, não há nenhuma ilegalidade no redimensionamento da reprimenda diretamente por esta Corte Superior. Precedente.
6. A alegação de bis in idem na dosimetria da pena não foi aventada, quer na apelação, quer no recurso especial; trata-se, pois, de verdadeira inovação recursal em agravo regimental, o que obsta o seu exame pelo Superior Tribunal de Justiça (Precedentes).
7. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1.430.089/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 12/12/2017).

"[...]

2. A Corte de origem entendeu que as consequências do crime justificam o aumento da pena-base, uma vez que foi causado prejuízo ao erário, em cerca de R\$ 30.000,00, um patamar tido como considerável. Assim, de forma fundamentada, a pena-base foi fixada acima do mínimo legal, pois as consequências do crime foram consideradas desfavoráveis. Dessarte, não há se falar em violação do art. 59 do Código Penal.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1519730/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 01/12/2015).

No caso em apreço, todavia, o incremento da pena em 1 ano e 6 meses acima do mínimo legal, em razão valoração negativa das consequências do crime, devido ao elevado prejuízo causado aos cofres públicos não se afigura proporcional, motivo pelo qual essa questão merece reforma, o que será feito oportunamente.

Sobre a suscitada negativa de vigência ao art. 12 da Lei 8.137/90, essa matéria foi examinada por este Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.131.680/RJ (Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Rel. p/ Acórdão Ministra ASSULETE MAGALHÃES, SEXTA TURMA, julgado em 20/06/2013, DJe 04/08/2014), no qual ficou decidido o seguinte:

"O art. 12 da Lei 8.137/90 não se configura norma especial, em relação ao art. 59 do Código Penal, de vez que cuidam de hipóteses diferentes de aumento da pena. Enquanto o art. 12 da Lei 8.137/90 refere-se às agravantes, a serem apreciadas por ocasião da segunda fase da dosimetria da pena, o art. 59 do Código Penal cuida de circunstâncias relacionadas ao incremento da pena-base, na primeira fase da dosimetria penal."

"É idônea a fundamentação da sentença que leva em conta, na dosimetria da pena, o vultoso valor do débito tributário, como circunstância judicial desfavorável, para exacerbar a pena-base, em virtude das gravosas consequências do delito."

"Embora seja a consequência do delito a única circunstância judicial desfavorável, na análise do art. 59 do Código Penal, não se pode, no caso, afastar a sua existência, para reduzir a pena-base ao mínimo legal."

Desse modo, não se observa, quanto ao ponto, qualquer ilegalidade a ser sanada por esta Corte Superior.

Acerca da questão amparada no art. 71 do Código Penal, ao elevar a sanção básica em 1/2 (metade), em razão da continuidade delitiva, o acórdão combatido apresentou fundamentação concreta e coerente, haja vista que, conforme apurado nos autos, o acusado sonegou impostos no período compreendido entre 04/2001 a 12/2003

(e-STJ, fl. 688), o que demonstra maior reprovabilidade da conduta. De acordo com o entendimento desta Corte, quanto maior o número de infrações cometidas, maior deve ser a fração de aumento.

A corroborar esse entendimento:

"[...]

3. A Corte estadual, ao manter o juízo negativo emitido sobre as circunstâncias judiciais, posicionou-se em conformidade com a jurisprudência pacificada neste Sodalício, no sentido de que a pena-base pode ser exasperada pelo magistrado mediante aferição negativa dos elementos concretos dos autos a denotar maior reprovabilidade da conduta imputada.

4. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que, para a fixação do *quantum* de aumento da pena pela continuidade delitiva, dentro do intervalo de 1/6 a 2/3 previsto no artigo 71 do Código Penal, deve ser adotado o critério da quantidade de infrações praticadas.

5. *In casu*, tratando-se da prática de mais de seis condutas delitivas pelo agravante, correta a fixação do aumento em 1/2 (metade). 6. Encontrando-se os fundamentos do aresto atacado em consonância com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não há como superar o óbice da Súmula n. 83/STJ para o processamento do recurso especial. 7. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 711.268/CE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017).

"[...]

3. É pacífica a jurisprudência deste Sodalício, em se tratando de aumento de pena referente à continuidade delitiva, aplicando-se a fração de aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4, para 4 infrações; 1/3, para 5 infrações; 1/2, para 6 infrações; e 2/3, para 7 ou mais infrações. Na espécie, observando o universo de 28 (vinte e oito) infrações cometidas pelo réu, por lógica da operação dosimétrica, deve-se considerar o aumento de 2/3.

4. *Writ* não conhecido." (HC 239.812/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 24/03/2014).

Passo, portanto, ao novo cálculo da pena.

Na primeira fase, em decorrência da valoração negativa das consequências do crime, majora-se a pena-base em 6 (seis) meses, acima do mínimo legal de 2 (anos), resultando, portanto, em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses.

Não há atenuantes e agravantes.

Na etapa final, em razão da continuidade delitiva, aumenta-se a pena em 1/2 (metade), resultando a sanção definitiva em 3 (anos) e 9 (nove) meses de reclusão.

Nesse passo, reduz-se, proporcionalmente para 192 dias-multa a pena pecuniária.

No que tange ao regime inicial para o resgate da sanção, apesar de o montante da pena (3 anos e 9 meses de reclusão) comportar, em princípio, o regime inicial aberto, as instâncias ordinárias fundamentaram a necessidade de imposição do regime intermediário com lastro nos arts. 33, §2º, "b", e 59, ambos do Código Penal, ante

a presença de circunstância judicial desfavorável - consequências do crime -, o que justificou a fixação da reprimenda básica acima do piso legal, motivo pelo qual deve ser mantido o regime semiaberto para início de cumprimento da pena imposta.

Assim, mantenho o regime inicial semiaberto e deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direito, tendo em vista a presença de circunstância judicial desfavorável.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes desta Corte, nos quais uma única circunstância judicial desfavorável impediu a aplicação do regime aberto e a substituição da pena por restritivas de direitos:

"[...]

3. Considerando a existência de circunstância judicial negativa, revela-se adequada a fixação do regime inicial semiaberto e o indeferimento da substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. Precedentes.

4. Este Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que o reconhecimento de que o réu praticou ato incompatível com o cargo por ele ocupado é fundamento suficiente para a decretação do efeito extrapenal de perda do cargo público.

5. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1412510/AC, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 25/04/2018, grifou-se).

"[...]

- No caso, mesmo com a redução da pena para 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, entendo que o regime inicial fechado deve ser mantido, diante da presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis, que justificaram a fixação da pena-base acima do mínimo legal, nos termos do disposto no art. 33, §2º e §3º, do Código Penal.

- Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, apenas para reduzir as penas do paciente para 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, e 15 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação." (HC 316.735/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/5/2017, DJe 23/5/2017, grifou-se).

"[...]

3. Nos termos do art. 33 do Código Penal, fixada a pena definitiva em patamar superior a 4 anos, de rigor o estabelecimento do regime inicial fechado, diante da presença de circunstância judicial desfavorável.

4. Ordem denegada." (HC 380.290/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 23/6/2017, grifou-se).

"[...]

6. Mostra-se devida a fixação do regime inicial semiaberto ao condenado à pena inferior a 4 anos de reclusão quando presentes circunstâncias judiciais desfavoráveis. Inteligência do art. 33, § 3º, do Código Penal.

7. Inviável proceder-se à substituição da pena privativa de liberdade

por restritiva de direitos, porquanto, não obstante o paciente tenha sido definitivamente condenado à reprimenda inferior a 4 anos de reclusão, tem-se a desfavorabilidade de duas circunstâncias judiciais, elemento que evidencia que a substituição pretendida não se mostrará suficiente para a prevenção e repressão do delito perpetrado, a teor do disposto no art. 44, III, do Código Penal.

8. Ordem parcialmente concedida apenas para reduzir a pena-base imposta ao paciente, tornando sua reprimenda definitiva em 2 anos e 4 meses de reclusão." (HC 170.719/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 14/12/2011, grifou-se)

À vista do exposto, **reconsidero** a decisão de fls. 1.095-1.097 (e-STJ), para, com fulcro do art. 932, VIII, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "c", do RISTJ, **conhecer** do agravo e **dar parcial provimento** ao recurso especial, tão somente a fim de reduzir a majoração da pena-base para 6 (seis) meses acima do mínimo legal, em razão da valoração negativa das consequências do crime, fixando a reprimenda definitiva em 3 (anos) e 9 (nove) meses de reclusão, bem como reduzir para 192 (cento e noventa e dois) dias-multa a pena pecuniária, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator